

UM INSTITUTO RELIGIOSO NA REPÚBLICA.
AS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS
DE NOSSA SENHORA (1910-1926)

Por **Fernando de Sousa**

«As duas leis... a lei de imprensa e a lei das congregações religiosas, são das mais impróprias para fundamentar a educação de gente livre. Ambas elas são por atropelamento a denegação das mais sagradas das liberdades públicas, a liberdade de palavra e a liberdade de reunião, da qual é natural dedução a liberdade religiosa».

(Ramalho Ortigão, *Últimas Farpas, 1911-1914*, Lisboa, 1946, p. 12)

«Les sacrifices ne manquent pas, et le plus grand est bien celui de l'exil le plus complet dans son propre pays».

(*Chronique de l'année 1914 de la Congrégation des Soeurs Franciscaines de Calais*, Calais, 1915)

1 — Introdução

A história eclesiástica e religiosa da Primeira República, como Oliveira Marques reconhece no seu excelente guia¹, está por fazer.

Esta situação revela-se particularmente confrangedora no que diz respeito aos institutos religiosos, não sendo, pois, de estranhar, que aquele historiador, com excepção dos Jesuítas, não nos forneça naquele manual, quaisquer indicações sobre os mesmos. Desconhecemos, na verdade, qual a situação das congregações e ordens religiosas, em Portugal, ao tempo da implantação da República, as suas designações, bens e rendimentos, o número de casas e dos seus membros, a sua localização e actividades, enfim, a acção que exerciam sobre os vários grupos sociais, uma vez que tal influência não pode ser reduzida, como tem sido escrito, apenas à aristocracia.

Essa falta de conhecimento, de peso, sem dúvida, quanto aos institutos religiosos que foram objecto de extinção ou expulsão logo após a instauração da República, transforma-se em pura ignorância se tivermos em atenção a sua existência entre 1910 e 1926. Extinguiram-se pura e simplesmente? Desapareceram de Portugal definitiva ou temporariamente? E, nesta última hipótese, quem e quando regressou? Quais as congregações religiosas instaladas em Portugal em 1926? E quais terão sido as repercussões provocadas na sociedade portuguesa pela extinção e expulsão dos institutos religiosos, nomeadamente, na instrução, sabendo nós, por exemplo, que a taxa de analfabetismo, por 1926, continuou muito aquém das expectativas suscitadas pela República?

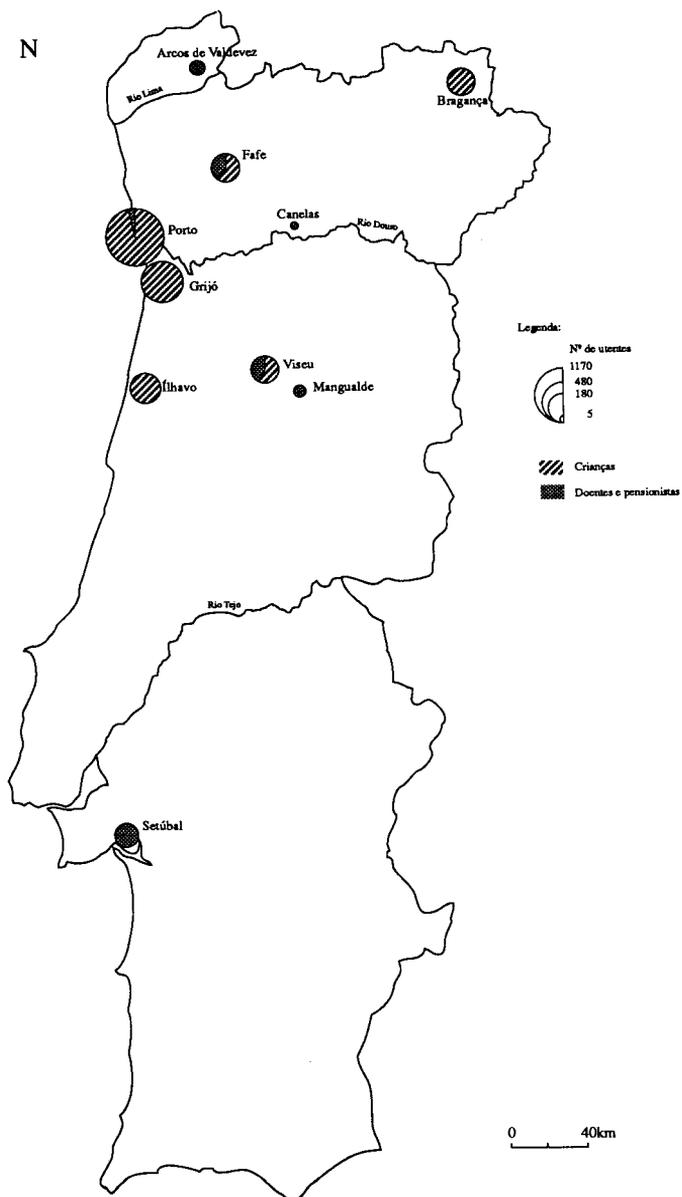
Estas e outras questões permanecem em aberto, não obstante sucederem-se a ritmo impressionante, as histórias de Portugal... que pouco ou nada adiantam quanto a este como a outros sectores da nossa História Contemporânea², a qual exige, ainda, por muitos e longos anos, como Vitorino Magalhães Godinho já alertou, a publicação sistemática de fontes e a multiplicação de estudos científicos, rigorosos, para terminar com «o papaguear de fórmulas abre-te sésamos entorpecedoras da verda-

¹ *Guia de História da 1.ª República Portuguesa*, Lisboa, 1981.

² A título de exemplo, consultem-se os dois volumes dedicados à Primeira República, da *História Contemporânea de Portugal*, dirigida por João Medina, Lisboa, 1985, que nada adianta sobre este assunto, e o inacreditável volume XII da *História de Portugal*, de Joaquim Veríssimo Serrão, *A Primeira República (1910-1926). História Diplomática, Social, Económica e Cultural*, Lisboa, 1990, que não escreve uma linha sobre os institutos religiosos.

MAPA N.º 1

Casas das Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora em Portugal (1910)



deira pesquisa — penosa, aleatória, perpetuamente demolidora de mitos, evidências, verdades feitas»³.

«Generalizações de factos que não se conhecem ou se conhecem imperfeitamente e incompletamente — advertiu Alexandre Herculano —, fazem rir, e rir ainda mais quando se tomam por factos erros às vezes grosseiros»⁴.

Recusando a generalização fácil e evitando tomar a névem por Juno, aqui fica o nosso contributo para a história das congregações religiosas em Portugal, durante a Primeira República, mais concretamente para a história da *Congregação das Franciscanas de Calais*, hoje designadas por *Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora*, religiosas hospitalares da terceira ordem regular de São Francisco, sem clausura, estabelecidas definitivamente em Portugal desde 1875, e que, ao tempo da revolução de 5 de Outubro de 1910, constituíam um dos institutos religiosos femi-ninos mais importantes, mas também, menos conhecidos, do nosso País⁵.

2 — As Franciscanas de Calais nas vésperas da implantação da República em Portugal

No momento da proclamação da República, em 1910, as Franciscanas de Calais registavam, em Portugal, 19 casas e 204 religiosas professas, quer de votos perpétuos, quer de votos simples⁶.

A congregação, em Portugal, era governada pela superiora da Casa de Santo António das Águas Férreas, no Porto, a irmã Maria do Templo, que estava subordinada imediatamente à superiora geral de Calais. Nas Águas Férreas residia, ainda, com carácter mais ou menos permanente, uma religiosa francesa, representante do Conselho Geral do Instituto, a irmã Saint-Etienne, e que, habitualmente, efectuava a visita anual às comunidades portuguesas.

O estado destas Franciscanas em Portugal revelava-se promissor. Com efeito, o noviciado das Águas Férreas apresentava grande dinamismo,

³ Vitorino Magalhães Godinho, *Na mudança, a história — uma história sempre nova*, «Revista de História Económica e Social», n.º 1, Janeiro-Junho de 1978, p. 3.

⁴ Carta de Alexandre Herculano a Oliveira Martins, de 25/12/1872.

⁵ Consultar, de Fernando de Sousa, *As Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora em Portugal (1869-1893)*, Porto, 1991, e a bibliografia indicada nesse trabalho.

⁶ *Congrégation des Soeurs Franciscaines de Calais. Chronique de l'année 1910*, Calais, 1911.

tendo passado de 16 noviças e 7 postulantes em 1906, para 24 noviças e 4 postulantes em 1910, quase igualando o noviciado de Calais. O número de religiosas, entre os mesmos anos, crescera de 196 para 204. E o número de casas, 16 em 1906, aumentara para 19 em 1910⁷. Mas analisemos a situação dos estabelecimentos destas religiosas, a sua localização e a natureza das acções que desenvolviam.

O Porto, com seis casas, assumia-se como o verdadeiro coração do Instituto, seguindo-se Fafe com três, Viseu com três, e com uma casa, Ílhavo, Arcos de Valdevez, Grijó, Setúbal, Bragança, Canelas e Mangualde.

Das 19 comunidades existentes, dedicavam-se sete à assistência a doentes em hospitais, duas aos cuidados de idosos em hospícios e dez ao ensino primário e secundário em escolas e colégios.

No Porto, localizava-se a casa principal, o Convento e Colégio de Santo António das Águas Férreas. Adquirido pela Congregação em 1880, aqui trabalhavam 33 religiosas e efectuavam a sua formação religiosa 24 noviças e 4 postulantes. Nesta casa, funcionava um internato com mais de 90 alunas em 1910 e um externato para cerca de 50 crianças, estas, quase todas provenientes de famílias humildes. O estabelecimento das Águas Férreas, além de sede dos retiros anuais, acolhia ainda as irmãs que necessitavam de repouso ou pretendiam retemperar-se no espírito franciscano.

Na mesma cidade, estas religiosas tinham outra casa de educação e ensino, o Colégio do Sagrado Coração de Jesus, na rua de São Dinis, aberto em 1892, e como o anterior, dispendo de pensionato e externato, frequentados, respectivamente, por mais de 90 alunas e 200 crianças e adolescentes.

Ainda na capital do Norte, as Franciscanas de Calais encontravam-se instaladas em várias Escolas Católicas, a Escola de S. José do Bonfim, desde a sua fundação em 1878, a Escola do Sagrado Coração de Maria, na rua da Alegria, onde ensinavam desde 1881, e a Escola de Santo António da Foz do Douro, desde 1895. Estas três escolas contavam várias centenas de crianças de ambos os sexos.

Registe-se, também, no Porto, o único estabelecimento de assistência pertencente à Congregação, o Hospital de Santa Maria, fundado em 1888, e do qual, as franciscanas, desde 1897, eram legítimas proprietárias. Dirigido clinicamente pelo professor doutor Azevedo Maia (introdutor,

⁷ Nesse ano, a congregação de Calais registava 545 irmãs professoras em França, 53 na Bélgica e Holanda, 54 nas missões e 204 em Portugal, num total de 856 religiosas. E o número de noviças e postulantes era, respectivamente, de 28 e 4 em França, e de 24 e 4 em Portugal, os únicos países com noviciado.

na cidade, da moderna cirurgia), o Hospital de Santa Maria, além de assistir a várias dezenas de doentes pobres, apresentava um considerável movimento, visto possuir uma boa sala de operações e prestar cuidados adequados aos pacientes que sofriam intervenções cirúrgicas⁸.

Em Fafe, as religiosas de Calais encontravam-se instaladas em três casas, o Hospital da Misericórdia com 30 a 35 camas, onde permaneciam desde 1897, o Asilo Montenegro, onde, desde 1899, educavam 25 a 30 raparigas, e o Hospício de Santo António, que lhes fora confiado em 1906, e onde tratavam de 20 a 25 pessoas idosas.

Em Viseu, deparávamos com idêntica situação à de Fafe, uma vez que, naquela cidade, o Instituto prestava assistência ao Asilo da Infância Desvalida, desde 1893, onde ensinavam crianças e adolescentes em regime de internato e externato, ao Hospital da Misericórdia desde 1899 e, a partir de 1908, a um Hospício de idosos.

Na vila de Ílhavo, onde estas religiosas tinham adquirido e fundado, em 1876, a sua primeira casa em Portugal, continuava a funcionar o Colégio de Nossa Senhora das Sete Dores ou do Pranto, com internato e externato, no qual era prestada educação gratuita às raparigas, especialmente, às filhas dos pescadores. A casa dispunha, ainda, de um infantário para crianças com menos de três anos de idade. Por iniciativa das franciscanas existia, desde há alguns anos, a congregação das Filhas de Maria, efectuando-se, anualmente, no colégio, um retiro frequentado por mais de 60 jovens.

Nos Arcos de Valdevez, as religiosas encontravam-se a trabalhar no Hospital da Misericórdia, desde a sua fundação, que ocorrera em 1885. A comunidade, regra geral, formada por sete a oito religiosas, passou a ter, desde 1909, mais duas irmãs, uma vez que, nesse ano, fora criada uma enfermaria de isolamento para doentes contagiosos.

Em Grijó, concelho de Vila Nova de Gaia, as franciscanas, que aqui se encontravam desde 1887, tinham sob sua responsabilidade o colégio de S. Francisco (do Sagrado Coração de Jesus, segundo Fortunato de Almeida), com internato e um externato muito frequentados.

Na cidade de Setúbal, também estas religiosas desenvolviam, desde 1887, um contínuo trabalho de assistência no Hospital da Misericórdia.

No nordeste trasmontano, em Bragança, as Franciscanas de Calais, que, em número de nove, ocupavam uma casa particular desde 15 de Novembro de 1899, a convite do município, tomaram conta, a 3 de Março

⁸ Fernando de Sousa, *Hospital de Santa Maria. Uma instituição centenária*, Porto, 1988.

de 1900, do Asilo Duque de Braçançã, criado em 1867. Em 1910, o número de crianças e adolescentes internas regulava pelas 40, sendo de 70 o número das alunas externas⁹.

Finalmente, e desde 1909, estas religiosas encontravam-se ainda em Canelas do Douro e Mangualde, assistindo a dois pequenos hospitais, aquele para cinco a oito doentes, este para 12 a 15 doentes (Quadro n.º 1).

Em suma, nas vésperas da implantação da República em Portugal, o Instituto das Franciscanas de Calais, fiel às suas origens, continua a dedicar-se, fundamentalmente, ao ensino e à assistência, educando mais de 2000 crianças e jovens e tratando mais de 250 doentes e idosos.

Nas suas escolas, superlotadas, além das matérias do primeiro e segundo grau, da instrução primária e do ensino secundário, e da moral e religião católicas, as religiosas ensinavam o francês, música, piano, flores, bordados e trabalhos manuais. As orfãs, assim como as alunas provenientes das classes mais pobres, iniciavam-se nos «serviços caseiros e labores domésticos» — Francisco Manuel Alves —, preparando-se para ganhar a vida dignamente. E as famílias abastadas, mesmo aquelas que se revelavam indiferentes em matéria de religião, preferiam os seus internatos para a educação das suas filhas.

Por outro lado, nos hospitais e hospícios, as religiosas tratavam dos pacientes e idosos, sem descuidarem, contudo, a salvação das almas, ensinando-lhes as orações que esqueceram e o catecismo que não aprenderam, reconciliando-os com a Igreja e preparando-os para enfrentarem a morte como cristãos.

Mercê de um trabalho insano e de sacrifícios de toda a ordem, o futuro da Congregação, na primeira década do século XX, anuncia-se risonho. O número de casas e de religiosas aumenta, e o recrutamento de novas vocações encontra-se em expansão.

Alias, depois de 1901, a própria «questão religiosa» parece atenuar-se e as crónicas das Franciscanas de Calais, mesmo após a morte de D. Carlos, em 1908, testemunham, com inegável alívio e satisfação, a tranquilidade que se vive em Portugal, gozando as suas religiosas, praticamente, da mesma liberdade existente em França.

A vida do Instituto, nos primeiros meses do ano de 1910, decorre com normalidade. As religiosas deslocam-se livremente, não sendo importunadas. A irmã delegada da superiora geral visita todas as casas. A superiora das Águas Férreas, em Julho, desloca-se a Calais, onde per-

⁹ Francisco Manuel Alves, *Memórias archeologico-historicas do districto de Bragança*, t. II, Porto, 1913, p. 269-272.

QUADRO N.º 1
As Franciscanas de Calais em Portugal (1910)

Casas	Ano da Fundação	Religiosas	Crianças e adolescentes	Doentes e pensionistas (Média diária)
Colégio das Águas Férreas-Porto	1880	43	90 internas 50 externas	
Colégio de São Diniz-Porto	1892	14	90 internas 200 externas	
Escola do Bonfim-Porto	1878	16	380 externas	
Escola da Alegria-Porto	1881	8	150 externas	
Escola da Foz do Douro-Porto	1895	6	170 externas	
Hospital de Santa Maria-Porto	1888	17		40
Asilo Montenegro-Fafe	1899	6	25 internas 60 externas	
Hospital da Misericórdia-Fafe	1897	8		30
Hospício de S.º António-Fafe	1906	3		20
Asilo da Infância Desvalida-Viseu	1893	10	20 internas 50 externas	
Hospital da Misericórdia-Viseu	1899	20		30
Hospício de Santo António-Viseu	1908	5		20
Colégio de N. Sr.ª do Pranto-Ílhavo	1876	12	60 internas 120 externas	
Hospital da Misericórdia-A. de Valdevez	1885	10		25
Escola do Sagrado Coração de Jesus-Grijó	1887	8	30 internas 450 externas	
Hospital da Misericórdia-Setúbal	1887	10	40 internas 70 externas	70
Asilo Duque de Bragança-Bragança	1900	7		
Hospital de Canelas do Douro	1909	3		5
Hospital de Mangualde	1909	4		12
Total — 19 casas	—	204	355 internas 1700 externas	253

manece durante um mês. E os preparativos para os retiros que vão ter lugar, nas Águas Férreas, em Outubro e Novembro, estão já terminados a 4 de Outubro, dia de São Francisco, efeméride que as religiosas comemoram, nesse ano, com particular solenidade, ignorando que, nessa mesma noite, a revolução republicana que vai terminar com a Monarquia e com este clima de paz religiosa, já está na rua...

3 — As Franciscanas de Calais e a revolução de 5 de Outubro de 1910

A instauração da República em Portugal, em 5 de Outubro de 1910, abriu o período mais dramático de toda a história das Franciscanas de Calais, ou Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora, em Portugal.

A hostilidade para com a Igreja Católica, muito especialmente, contra as ordens religiosas, no século XIX, nunca deixou de se manifestar, e o anticlericalismo demonstrado por alguns sectores da população, e corroborado pelos principais órgãos da imprensa diária, constituía uma realidade incontestável — anticlericalismo tanto mais radical quanto os finais do século XIX e a primeira década do século XX se traduziram por uma maior intervenção da Igreja na sociedade portuguesa e também por uma inegável renovação da vida espiritual.

Mas foi com a Primeira República que a luta do Estado contra a Igreja se exacerbou e conheceu a sua fase mais aguda. Uma vez proclamada, escreveu Oliveira Marques, «a República identificou-se com a luta contra a Igreja».

Foram «abolidos os juramentos e as invocações de tipo religioso, incluindo as escolas, suprimidos os feriados católicos e decretado obrigatório para todos o registo civil de nascimentos, casamentos e óbitos».

A legislação revolucionária declarou livres todos os cultos, proibiu o ensino da doutrina cristã nas escolas e o ensino geral aos sacerdotes, nacionalizou os bens da Igreja, incluindo os próprios templos e suas pertenças, e introduziu uma fiscalização rigorosa sobre as manifestações de culto. Os sacerdotes foram proibidos de usar vestes talares fora das igrejas, e proibição semelhante recaiu sobre as procissões e manifestações religiosas¹⁰.

No que diz respeito ao clero secular, logo um decreto de 8 de Outubro mandou continuar em vigor as leis de 1759 e 1767, que tinham expulsado os jesuítas e o decreto de 1834 que extinguiu as ordens reli-

¹⁰ Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. III, 6.ª ed., Lisboa, 1981, p. 335-343.

gias, anular o decreto de 1901, que autorizara a existência das congregações religiosas desde que se dedicassem exclusivamente à instrução, beneficência, propaganda da fé e civilização no Ultramar, e determinar que os «membros das demais companhias, congregações, conventos, colégios, associações, missões ou outras casas de religiosos pertencentes a ordens regulares» seriam expulsos do território da República Portuguesa se fossem estrangeiros, e compelidos a «viver vida secular ou pelo menos a não viverem em comunidade religiosa» se fossem nacionais.

A 15 do mesmo mês, as irmãs de caridade foram substituídas nos hospitais por enfermeiras laicas. E no último dia de 1910, nova legislação regulou a posse, para o Estado, dos bens das extintas corporações religiosas, e proibiu todos os membros de associações religiosas, autorizados a viver em Portugal, de exercer o ensino ou intervir na educação «quer como professores ou empregados, quer como directores ou administradores de quaisquer institutos ou estabelecimentos de ensino, seja directamente, seja por interposta pessoa».

Com tais medidas, que constavam já do programa apresentado por Trindade Coelho, no seu *Manual Político do Cidadão Português*, em 1906, para combater a «reação», a República não só erradicava de Portugal os institutos religiosos, como também impedia, definitivamente, qualquer dos seus elementos de continuarem na assistência ou de participarem de algum modo no ensino¹¹.

Esta política antireligiosa e anticlerical do novo regime lacerou violentamente Portugal, ainda e sempre, católico, e incompatibilizou de modo definitivo a maior parte da população contra a República, sobretudo a população do Norte de Portugal.

Mas vejamos o que aconteceu às Franciscanas de Calais, depois da proclamação da República em Portugal.

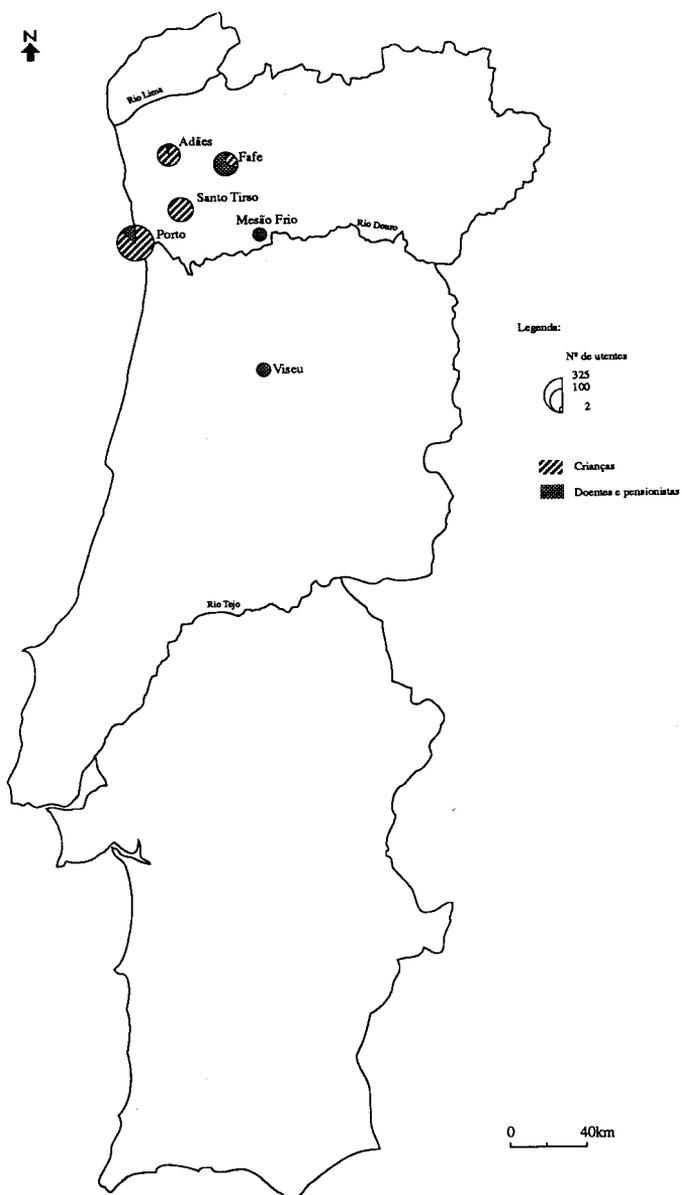
No Porto, logo a 5 de Outubro, a casa das Águas Férreas passou a ser guardada pela polícia. As religiosas abandonaram os seus hábitos, vestindo-se como seculares. Durante três noites sucederam-se as manifestações e os impropérios contra as «irmãs de caridade».

A partir do dia 8, uma vez divulgada a legislação anticongreganista produzida pelo Governo Provisório, noviças e postulantes começaram a regressar às suas famílias, e ao mesmo tempo que as alunas internas eram recolhidas pelos seus encarregados de educação, as irmãs das Águas Férreas e de todas as comunidades do Instituto, a fim de evitarem os interrogatórios das autoridades e as cenas públicas de humilhação e violência, foram aconselhadas a procurar refúgio em casas de familiares ou

¹¹ Obra citada, Lisboa, 1906.

MAPA N.º 2

Casas das Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora em Portugal (1926)



peessoas amigas. Nas noites seguintes, as religiosas das Águas Férreas, auxiliadas pelas domésticas e alunas, procuraram colocar em casas de pessoas amigas os móveis e utensílios existentes no seu colégio. A 20 de Outubro, as autoridades que vieram interrogar a superiora, irmã Maria do Templo, encontraram nas instalações apenas 7 religiosas e 25 crianças, e o estabelecimento de ensino praticamente vazio. A vigilância exercida a partir de então não mais permitiu a retirada de quaisquer objectos.

A 26 do mesmo mês, iniciou-se, por parte do Estado, o inventário dos bens, e no dia 29, a superiora abandonou o colégio, recolhendo as únicas duas crianças que ainda aí se encontravam, a um orfanato.

Em Setúbal, onde desde 4 de Outubro se registavam violentos tumultos populares, as irmãs de Calais que prestavam serviço no Hospital da Misericórdia viram-se obrigadas a abandonar aquele estabelecimento, tendo sido transportadas, a 10 do mesmo mês, sob escolta policial, em quatro viaturas, até à gare, onde embarcaram, com outras religiosas, para Lisboa. Na capital, sob os insultos da multidão, foram conduzidas ao arsenal da marinha, onde já se concentravam 315 religiosas de outros institutos religiosos. Após três dias de interrogatórios, foram munidas de um salvo-conduto e libertadas.

De todas as outras casas em que trabalhavam, estas religiosas foram expulsas sem qualquer violência. Em Fafe, Viseu, Arcos de Valdevez e Bragança, as administrações dos respectivos estabelecimentos procuraram, contudo, mantê-las, apesar da legislação em vigor o não permitir¹².

Súbita e violentamente, a República, em poucos dias, aniquilava quatro décadas do árduo e laborioso trabalho desenvolvido pelas Franciscanas de Calais em Portugal.

Aniquilava?

4 — A dramática sobrevivência (1911-1917)

Nos inícios de 1911, com a perseguição religiosa no auge, parece não haver qualquer esperança de sobrevivência para as Franciscanas de Calais em Portugal.

Esbulhadas das propriedades de que são titulares, nomeadamente, das Águas Férreas, São Dinis e Ílhavo, expulsas das casas em que trabalhavam, dispersas as comunidades, as irmãs acolhem-se às famílias, ou, em vagas sucessivas, optam pelo exílio, buscando refúgio em França, (em número superior a 130), a fim de poderem continuar a vida religiosa.

¹² *Congrégation des Soeurs Franciscaines de Calais. Chronique de l'année 1912, Calais, 1913.*

Mas, as Franciscanas de Calais, quer em França, quer em Portugal, detinham já uma longa experiência de perseguições, de provações de toda a ordem, que tinham servido, afinal, para lhes robustecer a fé e desenvolver ainda mais o apego que devotavam às obras de caridade que lhes estavam confiadas.

A dissolução das suas comunidades, por força da legislação republicana, não levou à retirada total destas religiosas dos estabelecimentos em que se encontravam, sobretudo, das obras de assistência, onde, pelo contrário, vestidas à secular, com o apoio e a cumplicidade de administrações e populares, algumas delas continuaram a desempenhar as funções que lhes estavam cometidas.

Assim aconteceu no Hospital de Santa Maria, uma vez que, em virtude de se encontrar juridicamente representado pela Associação do mesmo nome, formada ao abrigo do decreto de 18 de Abril de 1901, cujos sócios eram cidadãos portugueses, e de, por outro lado, não pertencer ao Instituto, mas ser propriedade de seis das suas religiosas, que surgiam até, no título constitutivo, com o nome civil, esta casa não foi abrangida pela legislação de 1910, continuando aberta.

No Colégio de São Dinis, aquando da expulsão das religiosas, em Outubro de 1910, duas delas foram designadas pelas autoridades como guardiãs do imóvel e seu recheio, o que permitiu que, enquanto o Governo não decidia do destino a dar ao prédio, outras irmãs se fossem aí refugiar.

Em Bragança, graças à protecção do bispo, permaneceram três franciscanas, que mantiveram aí o estabelecimento de ensino em funcionamento, com algumas dezenas de crianças e adolescentes.

Em Fafe, também algumas religiosas continuaram nas obras em que trabalhavam. E o mesmo aconteceu em Viseu, onde, até Março de 1914, as irmãs se mantiveram no Hospital da Misericórdia.

Por outro lado, em 1911, a ex-superiora das Águas Férreas alugou uma casa na rua Gonçalo Cristóvão, Porto, onde instalou, sob sua direcção, e em rigoroso sigilo, uma pequena comunidade, que logo passou a receber algumas crianças internas do extinto Colégio das Águas Férreas, e a efectuar alguns trabalhos de rendas e bordados para o exterior¹³.

O choque, embora traumatizante, não levou, pois, à retirada das irmãs de Calais de todas as suas obras. Mais que uma atitude de renúncia, as franciscanas, sob a direcção de Maria do Templo, assumem uma posição de continuidade e de esperança no futuro, encaminhando para França algumas postulantes, e accionando os mecanismos legais de defesa dos bens que o Estado lhes confiscara.

¹³ Idem, anos 1913, 1914 e 1915.

Nos anos seguintes, não houve quaisquer alterações a esta situação, mas, em 1913, o Conselho da Congregação viu-se obrigado a abater dos seus efectivos as 16 jovens professoras de votos temporários, as quais, continuando em Portugal, não puderam ser admitidas a votos perpétuos.

Os sacrifícios — reza a crónica de 1914 — não faltavam, sendo o mais duro, o do «exílio mais completo na sua própria pátria».

Em 1915, sob a orientação da irmã Maria do Templo, o Instituto registava em Portugal 56 religiosas, distribuídas por sete casas, três no Porto, (Gonçalo Cristóvão, São Dinis e Santa Maria), três em Fafe (hospital, asilo e hospício já referidos), e uma em Bragança.

Na casa principal, de Gonçalo Cristóvão, as Franciscanas educavam na religião católica e ensinavam gramática, cálculo e trabalhos manuais a 10 crianças internas e algumas externas. Não possuíam na casa o Santíssimo Sacramento, não podiam trajar de hábito, e com muitas precauções, sob pena de verem a casa encerrada, praticavam em comum os exercícios religiosos.

Na casa de São Dinis funcionava um infantário para bebés, em número de 24, e um pequeno externato onde 49 raparigas e 50 rapazes aprendiam a ler e escrever. As irmãs ensinavam ainda às jovens, a costura, os bordados, e o *tricot*. A casa tinha capela, pelo que, com algumas precauções, faziam o exercício da comunidade.

No Hospital de Santa Maria, onde tinham sido tratados 278 doentes ao longo do ano (192 em 1916), as religiosas continuavam a dispôr de capela e, com prudência, a administrar os sacramentos aos doentes em perigo de vida. Servia ainda o hospital de casa de recolhimento para as irmãs da Congregação que, pela idade ou pela doença, já não podiam trabalhar.

Em Fafe, as religiosas de Calais tratavam, em média, 30 a 35 doentes por dia no Hospital da Misericórdia, 22 pessoas idosas no Hospício, e educavam e preparavam para a vida, 28 crianças e adolescentes no Asilo Montenegro. Todas as casas possuíam o Santíssimo Sacramento.

Finalmente, em Bragança, as religiosas continuavam a assegurar o funcionamento de uma pequena escola, com sete alunas internas e 60 externas, não dispondo a comunidade de um oratório para guardar o Santíssimo Sacramento, o que apenas veio a suceder em 1918.

A estas sete casas juntou-se, a partir de 1916, um pequeno hospital, em Mesão Frio, com 16 camas e um dispensário. Com capela, as franciscanas gozavam aí de inteira liberdade religiosa¹⁴.

Em 1917, o Instituto não tinha recebido ainda nenhuma das casas

¹⁴ Idem, ano 1916.

que lhes pertenciam, e o Hospital de Santa Maria como o Colégio de São Dinis, com as instalações e equipamentos degradados, encontravam-se em grande decadência.

Trabalhando precária e semi-clandestinamente nos estabelecimentos referidos, impedidas nalguns deles de exercerem vida comunitária, o número das suas religiosas revelava-se inferior a meia centena.

Mas, graças às transformações sócio-políticas entretanto registadas em Portugal, as Franciscanas de Calais, a partir de 1918, vão reforçar e expandir a sua acção com a abertura de novas casas e, por outro lado, experimentar uma melhoria significativa das suas condições de trabalho (Quadro n.º 2).

5 — O relançamento da Congregação (1918-1926)

Entretanto, a perseguição à Igreja perdera a virulência que caracterizara os primeiros anos da República.

Em 1914, um chefe do Governo, Bernardino Machado, pronunciou-se, pela primeira vez, a favor de um entendimento com a Igreja. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a intervenção de Portugal no conflito (1916), a exigir assistência religiosa aos militares em campanha, atenuaram consideravelmente a «questão religiosa». Algumas ordens religiosas, a partir de 1916, começaram a regressar a Portugal. Por outro lado, as aparições de Fátima, em 1917, promoveram um extraordinário renascimento da devoção mariânica, que se intensificara em Portugal desde os inícios da guerra.

O sidonismo, em 1917-1918, trouxe a paz à Igreja portuguesa e os templos rumorejaram novamente de fiéis. As relações de Portugal com a Santa Sé, interrompidas em Abril de 1911 com a Lei da Separação do Estado e da Igreja, depois da reintegração dos bispos depostos, e da revisão daquela lei, foram reatadas em 1918.

A violência anarco-sindicalista, nos anos que se seguiram à Grande Guerra, moderou significativamente o anticlericalismo de raiz liberal-republicana, característico da pequena e média burguesia urbana, anti-clericalismo que, a partir de então, se afirma como uma realidade anacrónica, ultrapassada.

Mas os efeitos negativos que a política republicana causara às instituições religiosas, e, em particular, à Congregação de Calais, revelavam-se trágicos. Infatigáveis, porém, as religiosas franciscanas continuaram o seu trabalho, educando e instruindo crianças e adolescentes, tratando os doentes e idosos, nunca perdendo a esperança em melhores dias...

Em 1918, as «irmãs francesas» regressaram a Ílhavo, à sua antiga

QUADRO N.º 2
As Franciscanas de Calais em Portugal (1918)

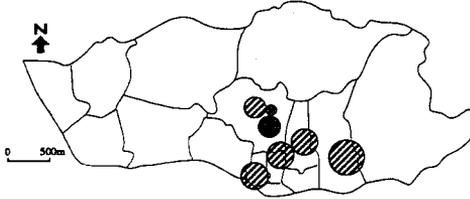
Casas	Ano da Fundação	Religiosas	Crianças e adolescentes	Doentes e pensionistas (Média diária)
Escolas de Gonçalo Cristóvão-Porto	1911	7	16 internas 10 externas	
Colégio de São Dinis-Porto	1893	10	30 internas 80 externas	
Hospital de Santa Maria-Porto	1888	12		30
Asilo Montenegro-Fafe	1899	3	20 internas	
Hospital da Misericórdia-Fafe	1897	2		30
Hospício de S.º António-Fafe	1906	3		20
Asilo de Infância-Bragança	1900	3	10 internas 80 externas	
Hospital de Mesão Frio	1916	2		12
Casa de N. Sr.ª do Pranto-Ílhavo	1876	4		40 ¹
Total — 9 casas	—	46	76 internas 170 externas	132

¹ Pobres atendidos.

MAPA N.º 3

Casas das Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora no Porto (1891-1926)

1891



Legenda:

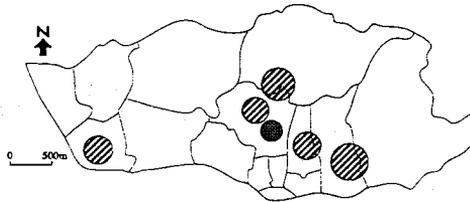
N.º de utentes



/// Crianças

■ Doentes e pensionistas

1910



Legenda:

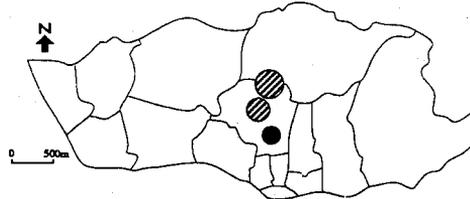
N.º de utentes



/// Crianças

■ Doentes e pensionistas

1926



Legenda:

N.º de utentes



/// Crianças

■ Doentes e pensionistas

casa, a pedido das autoridades civis, a fim de assegurarem o funcionamento de uma cozinha económica, popularmente designada por «sopa dos pobres», que servia, em média, 40 indigentes por dia. Tentaram abrir ainda um externato, mas sem êxito, visto não disporem do número de irmãs necessárias para tal objectivo.

As religiosas permaneceram em Ílhavo, aguardando a decisão do Tribunal Permanente da Justiça Internacional de Haia quanto ao seu prédio. Não lhes tendo sido favorável a decisão, em 1920, as Franciscanas de Calais abandonaram definitivamente o seu estabelecimento, o qual veio a transformar-se em sede da Câmara Municipal de Ílhavo.

Em Dezembro de 1919, estas irmãs entraram como enfermeiras numa clínica particular de Viseu, a substituir as Dominicanas que aí se encontravam.

No ano seguinte, a Congregação viu reconhecidos os seus direitos de propriedade às Águas Férreas. O edifício do Colégio de São Dinis, por decisão de Haia, passou para as mãos do Estado, o qual, no entanto, concedeu às franciscanas o seu usufruto desde que, (ironia do destino), aí continuassem a sua actividade educativa. E na casa de Gonçalo Cristóvão, as religiosas abriram um externato com duas classes, uma das quais gratuita, para as crianças de famílias pobres.

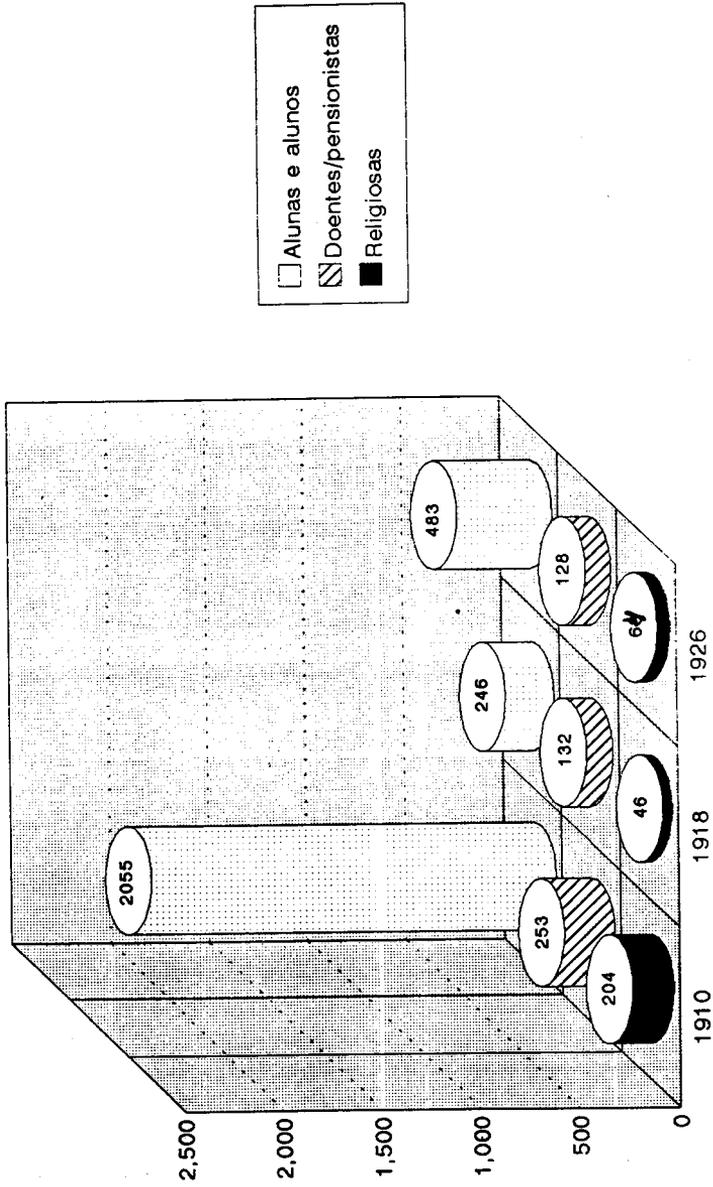
Em 1921, o Instituto reabriu o Colégio das Águas Férreas (não nas antigas instalações, entretanto expropriadas pelo Estado por nelas estar a funcionar um reformatório para jovens, mas numa casa localizada, também, na rua do Melo), com 40 alunas internas e 30 externas (acontecimento que provocou a colocação de algumas bombas junto das suas instalações, mas que foram levantadas sem terem deflagrado), e encerrou a casa de Gonçalo Cristóvão.

Foi também nesse ano que regressaram de França as superiores do Hospital de Santa Maria e do Colégio de São Dinis, refugiadas naquele país desde 1910.

Em 1922, as Franciscanas de Calais adquiriram, em Santa Cristina, concelho de Santo Tirso, uma propriedade que pertencia às religiosas espanholas de Santa Teresa de Jesus, onde estas tinham dirigido um colégio, e do qual tinham sido expulsas em 1911.

O Instituto retira então as suas religiosas de Bragança, a única escola católica da cidade, a qual era, ao tempo, frequentada por 12 crianças e jovens e 70 a 80 externas, e abre em Santa Cristina, no mês de Março de 1923, um colégio, que, logo nesse ano, contava com 19 alunas internas e 33 crianças externas, e que, no final do ano foi reconhecido pelo Ministério da Instrução Pública. As suas instalações, degradadas, foram objecto de várias obras de reconstrução. A iluminação era feita a acetileno, e só em 1924 passou a dispôr de água canalizada.

As Franciscanas de Calais em Portugal (1910-1926)



QUADRO N.º 4

As Franciscanas de Calais em Portugal (1910-1926)

Em Janeiro de 1924, as franciscanas instalaram uma comunidade em Adães, numa propriedade cedida ao Instituto por uma das suas religiosas, a qual passou a ser casa de repouso das religiosas doentes ou idosas, e a funcionar como escola, aberta às crianças da região três a quatro horas por dia, uma vez que aquelas, desde os 9 anos de idade, ajudavam já os seus pais em trabalhos do campo¹⁵.

No que diz respeito à melhoria das condições de vida e de trabalho das religiosas de Calais, importa sublinhar que, a partir de 1918, a liberdade religiosa deixou de ser tão questionada. O ensino da religião cristã, que até então só podia ser ministrado com autorização dos encarregados de educação, a partir do consulado sidonista, passou a ser feito pelas irmãs em liberdade. Como refere a crónica do Instituto, de 1918, «o horizonte ilumina-se» e já não era necessário ensinar o catecismo às escondidas.

Por outro lado, de 1922 em diante, todos os estabelecimentos pertencentes à Congregação foram alvo de uma notável obra de recuperação e modernização, graças às verbas arrecadadas pelas récitas, festas e esmolos, e pelos legados e donativos que a partir de então puderam voltar a ser recebidos.

Assim, o Hospital de Santa Maria, entre 1922 e 1927, é restaurado interna e externamente. A sala de operações, onde os especialistas já se recusavam a operar, é totalmente remodelada e ampliada, revestida inteiramente a mosaico, dotada com novos aparelhos de desinfeção, material de esterilização e equipamento cirúrgico, e passa a ser aquecida por irradiadores eléctricos (até então com fogões a petróleo), transformando-se numa das melhores salas de operações da cidade. São construídos quartos individuais e casas de banho dotadas com água quente. As suas instalações passam a dispôr de iluminação eléctrica. Quartos e enfermarias são reapetrechadas com novo mobiliário, roupas de cama e o material sanitário indispensável. Em 1922, é aberto um poço no seu jardim, o qual, equipado em 1925 com motor eléctrico, passa a garantir um abastecimento de água contínuo e abundante ao hospital. Em 1924, é instalado o seu primeiro ascensor, e em 1926 começa a dispôr de telefone¹⁶.

Nos mesmos anos, as instalações das Águas Férreas e Adães vão conhecer, igualmente, amplos trabalhos de renovação e ampliação que alteraram praticamente todos os seus interiores.

Em 1926, quando termina a Primeira República, o Instituto de

¹⁵ Idem, anos 1918 a 1922.

¹⁶ Idem, anos 1922 a 1926.

Calais regista em Portugal 63 irmãs em 10 casas¹⁷, sendo o estado destas bastante satisfatório, o mínimo necessário para ajudar as franciscanas a esquecer a terrível provação por que passaram após 1910 (Quadro n.º 3).

6 — Conclusão

Implantada a República em Portugal, a violência da política desenvolvida pelo Governo contra os institutos religiosos foi de tal natureza que alguns historiadores foram levados a pensar que nenhum deles sobreviveu à tormenta de 1910 a 1913, e muito menos, uma congregação com sede no estrangeiro como era o Instituto das Franciscanas de Calais.

Mas a verdade é que tal aconteceu. Estas religiosas, como vimos, conseguiram manter vida comunitária própria, continuar as suas tradicionais funções assistenciais e educativas em várias casas do Norte de Portugal, e atravessar os difíceis anos que vão desde a revolução de 5 de Outubro de 1910 até à Primeira Guerra Mundial.

O clima de tolerância religiosa que se estabeleceu em Portugal, depois de 1917-1918, vai permitir que a Congregação, paulatinamente, se restabeleça dos anos do ostracismo e da perseguição e abandone a situação de autêntica clandestinidade em que vivera desde a instauração da República.

As comunidades das franciscanas restabelecem-se em toda a sua plenitude, e a organização de associações e congregações de alunas, dos Santos Anjos, das crianças de Maria, das filhas de Maria, etc., é reatada. A superiora geral, em 1924, visita as casas portuguesas sem qualquer constrangimento. No ano seguinte, as reproduções de carácter religioso são novamente colocadas nas enfermarias dos hospitais onde trabalham, e na capela da Escola de São Dinis, com a assistência de numerosas pessoas, efectua-se a primeira comunhão solene desde 1910. Por 1925-1926, as religiosas ainda não usam o hábito, mas são já reconhecidas popularmente como «as irmãzinhas», não havendo quaisquer sinais de hostilidade contra elas.

Num gesto sem precedentes, as autoridades públicas vão mesmo reconhecer a importância do trabalho desenvolvido pelas franciscanas, ao concederem o estatuto de utilidade pública ao Hospital de Santa Maria, em 1920, e ao Colégio de São Dinis, em 1925.

¹⁷ Em Dezembro de 1926, o número total de irmãs professoras da Congregação era de 801, tanto em França como nos outros países. O noviciado de França registava 31 noviças e 13 postulantes.

QUADRO N.º 3
As Franciscanas de Calais em Portugal (1926)

Casas	Ano da Fundação	Religiosas	Crianças e adolescentes	Doentes e pensionistas (Média diária)
Colégio das Águas Férreas-Porto	1880	13	60 internas 35 externas	
Colégio de São Dinis-Porto	1893	12	50 internas 140 externas	
Hospital de Santa Maria-Porto	1888	13		40 ¹
Hospital Montenegro-Fafe	1899	3	20 internos	
Hospital da Misericórdia-Fafe	1897	3	24 internas ²	
Hospício de S. ^{to} António-Fafe	1906	3		25
Hospital de Mesão Frio	1916	3		16 ³
Clínica de Viseu	1919	3		15
Colégio de S. ^{ma} Cristina-S. ^{to} Tirso	1923	6	40 internas 60 externas	
Escola de Adães	1924	5	4 internas 70 externas	2 ⁴
Total — 9 casas		64 ⁵	178 internas 305 externas	128

¹ Foram atendidas 500 pessoas.

² Entre os 6 e os 18 anos.

³ Atendidas 178 pessoas no dispensário.

⁴ Todos atendidos no dispensário ou ao domicílio.

⁵ Algumas postulantes ajudavam as religiosas nas suas funções.

Consequência, em grande parte, do clima de paz que se vive, a partir de 1920-1921, as condições materiais do Instituto vão alterar-se de modo positivo. As receitas correntes dos estabelecimentos de assistência e de ensino aumentam, e o número de benfeitores cresce substancialmente, o que permite às religiosas de Calais iniciar o processo de recuperação e modernização das casas, e adquirir novos prédios a fim de alargarem a sua obra.

Porém, os reflexos negativos da política anti-congreganista da República, estão longe, em 1926, de estarem ultrapassados. Faltam as religiosas necessárias ao pleno funcionamento das suas casas, sendo obrigadas, assim, a recorrer a pessoal laico. Despojadas do noviciado do Porto, impedidas de suscitarem novas vocações, limitadas ao recrutamento de uma ou outra postulante que enviam para França, a Congregação, em Portugal, apesar de ser reforçada, de 1921 em diante, com algumas das irmãs que se tinham exilado em 1910-1911, de modo algum consegue suprir as baixas provocadas nos seus efectivos pela legislação de 1910, a qual levou à secularização e ao exílio de largas dezenas de irmãs — muitas destas últimas, aliás, a trabalharem noutras partes do mundo, nomeadamente na Argentina, onde o Instituto de Calais, aproveitando o êxodo das religiosas portuguesas, logo em 1911 instalou a sua primeira casa.

Por tais razões, a Congregação, no nosso País, em 1926, dispõe de um quadro de irmãs muito reduzido, fortemente envelhecido, e até certo ponto desajustado das novas obrigações que lhes são exigidas, uma vez que, tanto na assistência, como no ensino, algumas dificuldades vão sendo levantadas quanto ao exercício dos cuidados de saúde e de docência, respectivamente às enfermeiras e mestras que não possuem os necessários diplomas de habilitação (Quadro n.º 4).

O estudo da maneira como estas franciscanas vão superar tais limitações e obstáculos ultrapassa, contudo, o âmbito cronológico da Primeira República, pelo que, de momento, abtemo-nos de o fazer.

O que importa sublinhar, e para concluirmos, é que durante a Primeira República, a acção das Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora, ou Franciscanas de Calais, em Portugal, embora fortemente perturbada nos anos que se sucederam à revolução de 5 de Outubro de 1910, nunca foi totalmente interrompida, uma vez que a experiência acumulada de décadas de perseguições, e o espírito de organização, disciplina, perseverança e iniciativa das religiosas, aliado a uma inegável cumplicidade das populações do Norte, nunca permitiu que tal acontecesse.

Sob este aspecto, a República, em Portugal, não chegou demasiado cedo. Chegou tarde demais...

